FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

ISAIAS VIEIRA OLIVEIRA
PRISCYLA DANNY NASCIMENTO PONTES

INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NA REDE REGULAR DE ENSINO:
uma análise na Unidade Escolar Humberto de Campos

Chapadinha
2013

ISAIAS VIEIRA OLIVEIRA
PRISCYLA DANNY NASCIMENTO PONTES

INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NA REDE REGULAR DE ENSINO:
uma análise na Unidade Escolar Humberto de Campos

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, como requisito para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profª Anety Fonteles Alves

Chapadinha
2013

Oliveira, Isaias Vieira

Inclusão do deficiente auditivo na rede regular de ensino: uma análise na Unidade escolar Humberto de Campos/Isaias Vieira Oliveira; Priscyla Danny Nascimento Pontes. – Chapadinha, 2013.

59f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Faculdade do Baixo Parnaíba, 2013.

1. Educação 2. Inclusão escolar 3. Deficiência auditiva 4. Integração I. Oliveira, Isaias Vieira II. Título.

CDU 376(812.1)

ISAIAS VIEIRA OLIVEIRA
PRISCYLA DANNY NASCIMENTO PONTES

INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NA REDE REGULAR DE ENSINO:
uma análise na Unidade Escolar Humberto de Campos

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, como requisito para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª Anety Fonteles Alves (Orientadora)
Especialista em Docência do Ensino Superior
Faculdade do Baixo Parnaíba - FAP

_____
1º Examinador

_____
2º Examinador

Aos nossos pais e amigos por estarem sempre presentes em todos os momentos de nossas vidas e por terem confiado e acreditado quando tudo parecia difícil, sendo isso, o principal ponto de motivação para manter viva a esperança em nossa essência.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos em primeiro lugar a Deus, pelas oportunidades colocadas em nossas vidas e por ter nos dado forças para superar todos os obstáculos.

Aos nossos pais, Francisco da S. Oliveira e Irani D. Vieira (Isaias), e Ian F. Pontes e Vanuzia S. Nascimento (Priscyla), pelo apoio, incentivo e esforço dado para que nós alcançássemos os nossos objetivos e persistíssemos na busca pelos nossos ideais.

Aos nossos amigos, Antônia Gonçalves, Jerleson Monteles, Layany Sousa e Thayse Lima pela grande amizade e companheirismo.

A nossa orientadora, Anety Fonteles, por ter nos proporcionado a construção de um excelente conhecimento teórico e prático junto aos demais profissionais que fazem parte do corpo docente na Faculdade do Baixo Parnaíba.

A todos os professores que estiveram presentes em todas as importantes etapas de nossa formação.

A todos aqueles que embora não mencionados aqui, contribuíram de maneira direta e indireta para a concretização deste trabalho – muito obrigado (a).

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenho para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

Paulo Freire

RESUMO

A inclusão de crianças com deficiência é um tema bastante amplo e rico em conteúdo que vem ganhando espaço no cenário educacional ao longo dos anos. Compreendendo esta importância, objetivou-se através desta pesquisa compreender como ocorre o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva no sistema regular de ensino de uma escola no município de Chapadinha-MA. Para tanto, fez-se necessária a fundamentação teórica pautada em autores e leis que tratam sobre o tema, dentre os quais pode-se citar: Mantoan (2006), Estatuto da Criança e do Adolescente (1996), Gugel (2007), Aranha (2005), Mazzotta (2011), Freitas (2008), Declaração de Salamanca (1994), Ramos (2005), entre outros. O universo da pesquisa é uma escola pública estadual intitulada Unidade Escolar Humberto de Campos que recebe alunos surdos e deficientes auditivos como forma de integrá-los ao ensino regular. Para chegar aos objetivos propostos à pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa e como instrumentos para a coleta de dados aplicou-se questionários com perguntas abertas e fechadas para 01 professora, 06 mães (das quais apenas 02 responderam), 06 alunos surdos e 06 alunos ouvintes. De acordo com os resultados muitos impasses vieram à tona, principalmente em relação ao apoio precário que é dado aos docentes, a falta de estratégias didáticas eficientes, a insuficiência de formação acadêmica, dentre outros fatores. Estes são obstáculos que precisam ser superados para que aconteça uma educação igualitária de qualidade que promova a diversidade e a inclusão social em todos os setores da sociedade – a começar pela escola.

Palavras-chave: Educação. Inclusão Escolar. Deficiência auditiva. Integração.

ABSTRACT

The inclusion of children with disabilities is a rather broad and rich in content theme that is gaining momentum in the educational landscape over the years. Understanding this importance, the objective was through this research to understand how the process of inclusion students with hearing disabilities in mainstream education of a school district Chapadinha - MA. For this purpose, it was necessary theoretical foundation grounded in the authors and laws that deal with the subject, among which we can mention: Mantoan (2006), Statute of Children and Adolescents (1996), Gugel (2007), Aranha (2005), Mazzotta (2011), Freitas (2008), Salamanca Statement (1994), Ramos (2005), and more. The research is a public school entitled School Unit Humberto de Campos receiving deaf and hearing impaired students as a way to integrate them into mainstream education. To reach the proposed research objectives, we used a qualitative approach and as tools for data collection applied questionnaires with open and closed for 01 teacher, 06 mothers (of which only 02 responded), 06 deaf students and 06 hearing students. According to the results many impasses have surfaced, especially regarding the poor support given to teachers, the lack of effective teaching strategies, the lack of academic training, among other factors. These are obstacles that must be overcome for it to happen an equal quality education that promotes diversity and social inclusion in all sectors of society - starting on school.

Keywords: Education . School Inclusion. Hearing impairment. Integration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dificuldade encontrada para ser incluído no ensino regular 32
Tabela 2 - Dificuldade na aprendizagem das disciplinas 33
Tabela 3 - Oferecimento da escola de um ambiente preparado para a inclusão dos surdos 34
Tabela 4 - Relacionamento com professores e colegas em sala de aula 35
Tabela 5 - Preparo para atender as pessoas com necessidades educacionais especiais e alunos surdos?..... 36
Tabela 6 - Recebe atendimento educacional especializado 37
Tabela 7 - Questionário aplicado à professora (primeira parte) 37
Tabela 8 - Questionário aplicado à professora (segunda parte) 40
Tabela 9 - Como analisa a inclusão para crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular 42
Tabela 10 - Relacionamento dos demais membros da família com o filho 42
Tabela 11 - Problemas encontrados no processo de “inclusão” do filho na escola 43
Tabela 12 - Benefícios da inclusão e avanço na aprendizagem 44
Tabela 13 - Oferecimento de atendimento para seu desenvolvimento/ aprendizagem 44
Tabela 14 - Escola está preparada para receber alunos surdos? 45
Tabela 15 Estudaria com alunos surdos? 46
Tabela 16 Relacionamento na escola com os alunos surdos 47
Tabela 17 Se alunos com deficiência sofrem discriminação 48

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS 8
1 INTRODUÇÃO 10
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 13
2.1 A educação especial no Brasil 17
2.2 Educação especial e a legislação educacional 22
3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA 25
4 DEFICIENTE AUDITIVO 27
4.1 A inclusão do deficiente auditivo 28
5 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA UNIDADE ESCOLAR HUMBERTO DE CAMPOS 30
5.1 Metodologia da pesquisa 30
5.2 Caracterização do campo da pesquisa 31
5.3 Resultados e discussões da pesquisa 32
6 CONCLUSÃO 50
REFERÊNCIAS 52
APÊNDICES 55

1 INTRODUÇÃO

A educação é um processo de ampliação de inúmeras habilidades físicas, intelectuais e morais de todos os seres humanos tornando-se de suma relevância para melhoria da sociedade em relação aos fatores que contribuem para as mudanças e conquistas em prol de um mundo mais justo e seguro onde todos possuam os mesmos direitos.

A escola tem a função social de formar cidadãos críticos e reflexivos promovendo o avanço social, econômico e cultural, mas para que este objetivo seja alcançado deve-se oferecer um serviço educacional de qualidade e com compromisso social de promover a diversidade, sem excluir nenhum cidadão, independentemente de características étnicas, culturais, econômicas ou quaisquer tipos/graus de deficiência.

A inclusão é uma política social que tende a incluir todos os indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, os abandonados e discriminados pelo meio social que estão inseridos. Portanto, incluir é uma relação que está intimamente ligada ao respeito, convívio com a diversidade, com o “diferente”.

Durante muito tempo as pessoas com deficiência viviam segregadas, enclausuradas do convívio social. Eram recusadas pela sociedade simplesmente por serem diferentes do modelo padrão de homem imposto socialmente. Embora a sociedade tenha passado por várias transformações desde os tempos mais remotos, ainda que a humanidade conheça as leis que garantem direitos e deveres aos deficientes, muitos ainda são preconceituosos e chegam a acreditar que pessoas com deficiência não são capazes de viver em sociedade, ativa e funcionalmente, ficando à margem do processo escolar.

Igualdade refere-se à identidade social! Todos são iguais perante a lei e devem usufruir dos mesmos direitos no que diz respeito à saúde, trabalho, educação, dentre outros aspectos de ordem social. Ser diferente não é ser superior ou inferior ao outro, é apenas ter sua própria identidade. Diante disso, percebeu-se a necessidade de compreender o processo de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino. Dentre estes alunos com deficiência apresenta-se o deficiente auditivo, objeto do presente estudo, que como as demais pessoas consideradas diferentes são colocadas à margem da sociedade.

É denominado “deficiente auditivo” a pessoa que teve a audição prejudicada por alguma enfermidade ou incidente, e sua capacidade de ouvir foi interrompida podendo ou não ouvir novamente através de um aparelho auditivo. A assistência através de profissionais especializados é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança e seu processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública do município de Chapadinha intitulada Unidade Escolar Humberto de Campos[1]. A partir de observações, análises de publicações sobre o tema e reflexões buscou-se conhecer todo contexto que envolve a construção do paradigma sobre inclusão e as inúmeras políticas sociais da educação inclusiva. Só o acesso à escola não é suficiente, é necessário que a educação seja de qualidade e que afirme a igualdade de oportunidades, respeitando a individualidade de cada um.

Oferecer desde cedo ambientes educacionais adequados e profissionais com qualificação para atender às necessidades educacionais das crianças com deficiência auditiva e surdez contribui para seu desenvolvimento e facilita a aprendizagem. Contudo, a inclusão não depende somente das mudanças físicas e pedagógicas da escola, depende também de um contexto social geral no que se diz a respeito à família, escola, sociedade e políticas de sensibilização.

O interesse por este tema surgiu a partir da disciplina Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial e Inclusiva, que foi riquíssima em teoria e fundamentação contribuindo para a escolha da temática em questão. Assim, a problemática que buscou-se investigar foi: como acontece o processo de inclusão do deficiente auditivo no ensino regular? Objetiva-se com esta reflexão, analisar os impasses da realidade do cotidiano escolar no contexto da educação inclusiva, e conhecer os sentimentos de insegurança e receio por parte dos professores e família, principais envolvidos e responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar.

Para o desenvolvimento da pesquisa fez-se necessária a realização da pesquisa bibliográfica pautada em autores e leis que tratam sobre o tema, dentre os quais pode-se destacar: Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994), Mantoan (2006), Estatuto da

[1] Nome fictício utilizado para resguardar a identidade da escola pesquisada.

Criança e do Adolescente (1996), Gugel (2007), Aranha (2005), Mazzotta (2011), Freitas (2008), Ramos (2005), dentre outros.

Em seguida foi realizada a pesquisa de campo com observações diretas e aplicação de questionários para 01 professora, 06 mães (das quais apenas 02 responderam), 06 alunos surdos e 06 alunos ouvintes a fim de relacionar-se a teoria e prática de inclusão. Vale ainda destacar que buscou-se inúmeras vezes aplicar os questionários com a gestora da escola campo, porém esta recusou-se a responde-los.

Para melhor compreensão dos dados, a pesquisa está organizada na seguinte sequência: o primeiro capítulo é introdutório e descreve conceitos, categorias, intencionalidades e os passos percorridos durante a pesquisa; em seguida faz-se um contexto histórico da educação especial trazendo toda a evolução da educação especial, abordando-se ainda, a educação especial no Brasil e a legislação educacional que contém informações sobre os aspectos jurídicos e educacionais que asseguram aos alunos com deficiência auditiva o direito de se matricularem na rede regular de ensino; o terceiro capítulo trata da educação inclusiva, como acontece o processo de inclusão e quais os obstáculos/dificuldades para contemplá-la; o quarto capítulo retrata a deficiência auditiva: graus e níveis de surdez e o atendimento educacional especializado; o quinto capítulo relata a pesquisa e os registros dos dados obtidos através dos questionários, das análises e observações realizadas na escola campo. Dessa forma, conclui-se fazendo algumas considerações acerca do investigado e dos resultados obtidos.

Cabe salientar, que esse objeto de estudo não pretende esgotar a temática, pelo contrário, pretende-se contribuir com reflexões acerca da deficiência auditiva e os processos de inclusão aos novos pesquisadores que ingressam, a cada dia, nesta área de atuação tão rica em conteúdo.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nas últimas décadas o conceito de educação especial tem sofrido várias modificações em sua nomenclatura, nos aspectos históricos, sociais e culturais, principalmente no âmbito da prática educacional. Neste sentido, surge a reflexão sobre a prática pedagógica em relação ao que se conceitua como educação inclusiva e quais foram os caminhos percorridos ao longo dos anos para se chegar até esta definição.

Segundo Gugel (2007), não há evidências de como os primitivos se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Na pré-história o homem começou a manifestar algumas habilidades passando a compreender melhor o ambiente onde habitava e desenvolvendo a capacidade de pensar, assim determinadas preocupações começaram a surgir, como a segurança e saúde dos grupos, por exemplo.

Ainda de acordo com o autor, diversos estudiosos chegaram à conclusão que a sobrevivência de alguma pessoa com deficiência era impossível, já que o ambiente era totalmente desfavorável e só as pessoas fortes sobreviviam aos desafios da natureza. Algumas tribos, inclusive, se desfaziam das crianças diferentes.

No antigo Egito havia o culto ao corpo. Observa-se dessa forma que o homem há bastante tempo se preocupa com a estética, ele está voltado aos aspectos físicos, por essa razão, qualquer pessoa com alguma anormalidade física era excluída do meio em que viviam.

Na Grécia, as pessoas com determinado tipo de “anomalia” física ou mental eram vistas como seres incapazes e permaneciam à margem da sociedade impossibilitadas de se relacionar com o meio no qual estavam inseridas, outras eram vistas como aberrações dos deuses e eram sacrificadas por se tratarem de pessoas “disformes”. Percebe-se assim, o total desprezo a essas pessoas.

Também em Roma, o tratamento dado às pessoas com deficiência não era tão diferente, os pais eram obrigados a matar as crianças com alguma anormalidade, muitos pela prática de afogamento.

Na Idade Média, o infanticídio não foi aceito pela Igreja Católica, e durante muito tempo acreditava-se que as pessoas com deficiência tinham

enfermidades contagiosas, estavam possuídas pelo demônio ou apenas tinham sido punidas pelos pecados dos pais.

Foi a partir do século XVI que nasceu a preocupação com a educação de pessoas com deficiência onde pedagogos e médicos acreditaram que as pessoas com deficiência tinham a possibilidade de serem educadas, ou seja, incluídas na escola, embora de forma segregada. O pensamento dessa época era que essas pessoas seriam educadas de forma mais eficiente se fossem colocadas em ambientes separados, longe das pessoas sem deficiência.

Os impérios que exerciam um poder de autoridade daquele século se preocuparam com o amplo número de alunos deficientes que não apresentavam um desempenho escolar aceitável e que não progrediam no processo de escolarização. Mas foram as freiras que tiveram a iniciativa de acolher essas crianças que eram abandonadas, sendo considerada pela família biológica uma vergonha social. Nas instituições em que as freiras residiam, além de oferecer os cuidados básicos, tinham a preocupação de alfabetizá-las.

Segundo Aranha (2005), o século XVII foi palco de novos avanços no conhecimento produzido na área de Medicina, assim, começaram a surgir novos conceitos referentes à sua natureza orgânica, produto de causas naturais, o que ampliou a compreensão da deficiência como processo natural. Dessa forma, a tese da organicidade favoreceu o surgimento de ações com tratamento médico para as pessoas com deficiência.

De acordo com Mazzota (2011), no século XVIII as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo, pois não havia base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. A ideia de diferenças individuais não era compreendida e nem avaliada. “As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criadores” (MAZZOTTA, 2011, p. 16).

No final do século XIX diferentes expressões foram utilizadas para referir-se ao atendimento educativo para pessoas com deficiência, que são: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa. Algumas dessas expressões atualmente ainda são utilizadas.

> Sob o título de Educação de deficientes encontram-se registros de atendimentos ou atenção com vários sentidos: abrigo, assistência,

> terapia, etc. Daí o dever de revestir-se com extremo cuidado a seleção de medidas e ações educacionais destinados aos deficientes. (MAZZOTA, 2011, p.18)

Mazzota (2011) revela que algumas dessas expressões foram utilizadas erroneamente. Foi também ao longo do século XIX que houve o afastamento da família em relação à escola, o que constitui uma preocupação nos dias de hoje, visto o desinteresse dos pais, principalmente das camadas populares, com a educação dos filhos.

É importante observar que foi somente a partir do século XX que alguns termos, tais como: deficiência, deficiente, portador de deficiência e portador de necessidades especiais, começaram a surgir. Na década de 1960, o atendimento educacional de pessoas com deficiência era voltado para crianças e jovens que eram impedidos pela deficiência de frequentar a escola comum do ensino regular e oferecido em instituições especializadas. Contudo, a ideia de inclusão que surgiu nessa mesma década no continente Europeu se expandiu logo depois em um movimento crescente pelo mundo.

Em 1990 surgiram inúmeros debates sobre essa temática culminando com a construção de um novo paradigma baseado no conceito de integração. O primeiro paradigma foi da Institucionalização, este se caracteriza pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, manicômios ambientes de pouca socialização totalmente isolados e distantes de seus familiares, pois, os mesmos eram vistos como pessoas incapazes e impossibilitadas de qualquer prática educacional.

Somente depois de análises e estudos, o paradigma da Institucionalização foi bastante criticado fazendo, assim, surgir um novo modelo onde as pessoas com deficiência pudessem se “assemelhar” com os demais cidadãos para então serem inseridas e integradas no convívio em sociedade. Segundo Aranha (2005), esse modelo de atenção à pessoa com deficiência denominou-se Paradigma de Serviços. Este se caracterizou pela oferta de serviços, geralmente organizada em três etapas:

> - a **primeira**, de avaliação, em que uma equipe de profissionais identificaria tudo o que, em sua opinião, necessitaria ser modificado no sujeito e em sua vida, de forma a torná-lo o mais normal possível;
> - a **segunda**, de intervenção, na qual a equipe passaria a oferecer (o que ocorreu com diferentes níveis de compromisso e qualidade, em diferentes

> locais e entidades), à pessoa com deficiência, atendimento formal e sistematizado, norteado pelos resultados obtidos na fase anterior;
> - a **terceira**, de encaminhamento (ou reencaminhamento) da pessoa com deficiência para a vida na comunidade. (ARANHA, 2005, p. 19, grifo do autor).

A partir daí foi-se admitindo que as pessoas com deficiência necessitavam de serviços de avaliação e de capacitação oferecidos no contexto de suas comunidades onde elas fossem respeitadas e acolhidas, sendo assim, cabe também à sociedade se reorganizar de forma a garantir o acesso de todos os cidadãos aos benefícios e tratamentos que são imprescindíveis para um.

Foi baseado nesses conceitos que surgiu o terceiro paradigma, denominado Paradigma de Suporte que é caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Assim, se desenvolveu o artifício de disponibilização de suportes, ferramentas que garantam à pessoa com deficiência o acesso imediato a todo e qualquer recurso da comunidade. Os suportes podem ser de ordem social, econômica, física, instrumental e tem como objetivo beneficiar o estabelecimento de um processo que se passou a designar de Inclusão Social.

Quando se fala em integração refere-se à necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais de maneira que esta pudesse vir a se adaptar e se igualar com os demais cidadãos, para então poder ser inserida, associada ao convívio em sociedade. No conceito de integração, este “integrar” ocasiona mudanças no sujeito para se adequar as reais dificuldades encontradas no processo de busca à “normalização” da pessoa com deficiência.

Esse conceito considera que as diferenças na realidade devem ser melhoradas e administradas no convívio social. A educação integradora ou integrada determinava a adaptação do aluno com deficiência ao sistema escolar e quando não atendiam essas perspectivas, não conseguindo se adaptar ou acompanhar o ritmo e os objetivos impostos, eram excluídos do meio educacional e consequentemente da sociedade.

Durante muitos anos o integrar esteve estreitamente relacionado ao contexto social e educacional. A partir de discursos e debates surgiu o termo Educação Inclusiva determinando a inserção ou inclusão dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular em salas regulares, e não mais em classes especiais.

Nesta realidade, os alunos não se adaptam ao meio para participar dele, mas sim, o meio se adapta às especificidades de cada pessoa para melhor recebê-las e minimizar as dificuldades encontradas – quer seja em relação à estrutura física, quer ser em relação à qualificação de pessoal especializado para atendê-las.

2.1 A educação especial no Brasil

Mazzotta (2011) no Brasil o atendimento educacional aos deficientes teve início em meados do século XX, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Mais tarde, por meio do Decreto nº 1.320, a escola passou a se chamar Instituto Benjamim Constante.

Em 1857, foi fundado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos e Mudos, hoje, Instituto Nacional de Surdos – INES. O instituído acreditou no potencial das crianças cegas e surdas dando-lhes assim, um olhar mais atencioso e valorizando suas potencialidades.

O atendimento escolar de pessoas com deficiência só veio acontecer realmente no século XX, início da década de cinquenta, onde novos olhares voltaram-se para as pessoas com deficiência. A partir desse momento, a sociedade que antes excluía, começou a mudar suas concepções. Somente a partir daí foram surgindo indícios do interesse da sociedade com a Educação Inclusiva.

Na primeira metade do século XX, até 1950, foram surgindo mais instituições, somadas assim, em quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidas pelo poder público federal, mas foram criadas outras escolas, também voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência. Houve também, o surgimento de associações, onde estas criavam seus próprios estabelecimentos de ensino para as pessoas com deficiência e tinham por finalidade suprir a falta desse tipo de serviço acreditando que minimizariam a ineficiência do Estado.

Uma das associações que defendeu as pessoas com deficiência foi a Pestalozzi, que se destacou em todo o Brasil, contribuindo para que a visão da sociedade mudasse e que os tabus criados em torno das pessoas com deficiência fossem quebrados, assim, as associações foram se destacando e ganhado espaço na sociedade. Outra associação que se destacou foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) sendo esta uma das principais associações do país,

criando oportunidades para desenvolver as capacidades profissionais dos indivíduos com deficiência.

No período de 1967, foi criada a Clínica de Diagnóstico Terapêutico dos Distúrbios do Desenvolvimento Mental – CLIMED – núcleo que viria a ser o centro de habilitação da APAE de São Paulo. No dia 22 de maio de 1971, a APAE-SP inaugurou o seu centro de habilitação de excepcionais, foi a primeira unidade multidisciplinar integrada para deficientes mentais e para a formação de técnicos especializados na área da deficiência mental (PESSOTTI, 1984).

Freitas (2008) relata a trajetória histórica do tratamento educacional dado à pessoa com deficiência, com ênfase na sua inserção na escola regular. Ele relembra que no ano de 1986 surgiu a proposta de integração educativa e que o ensino dos alunos “portadores de necessidades educativas especiais” – como eram denominadas as pessoas com deficiência – poderia ser realizado no contexto da escola regular. Nessa época, de forma mais destacada, as pessoas com necessidades educativas especiais passam a ser vistas como cidadãos com direitos, deveres e participação ativa na sociedade. A educação de pessoas com deficiência trilhou um caminho que, em uma fase inicial, foi eminentemente assistencial até chegar ao que hoje se denomina de Educação Inclusiva.

Na década de 1970 alguns teóricos começaram a acreditar na competência cognitiva de aprendizagem das pessoas com deficiência, e algumas barreiras começaram a ser quebradas, não fundamentadas mais em conceitos excludentes, mas na integração de pessoas com deficiência no ensino regular.

Freitas (2008) explica que no Brasil, mudanças começaram a ocorrer quanto à denominação dada à pessoa com deficiência: de "alunos excepcionais" mudou-se para "alunos com necessidades educativas especiais", o que ocorreu em 1986, pela Portaria CENESP/MEC nº 69 (BRASIL, 1986), ainda que efetivamente não houvesse um avanço expressivo na inserção desses alunos no ensino regular.

O período de 1957 a 1993 foi marcado pelas iniciativas oficiais em âmbito nacional explicitando o atendimento educacional aos deficientes por meio de campanhas voltadas especificamente para esse fim, sendo instituída e legitimada pelo Decreto Federal nº 42.728, de 03 de dezembro de 1957. Para sua organização e execução foram seguidas a risca instruções pautadas na Portaria Ministerial nº

114, de 21 de março de 1958. Todas as portarias e decretos que foram criadas e executadas visavam a melhoria do atendimento às pessoas com deficiência.

O século XX foi um período onde se caracterizou pelo início da obrigatoriedade e expansão da escolarização de pessoa com deficiência. No campo desse novo modelo em que se estende o olhar à possibilidade de uma educação para a pessoa com deficiência, dando início a uma nova etapa conceitual de educação especial, o deficiente passa a receber tratamento educativo especializado praticando as formas de escolarização especializadas e institucionalizadas visando uma educação igualitária com os direitos garantidos.

Na década de 70 começaram a ocorrer mudanças no sistema educacional com relação à educação das pessoas com deficiência. Surgiu uma nova LDB Lei nº 5.692/71 tendo em seus tramites uma nova perspectiva para a educação de pessoas com deficiência. Nela se determina o atendimento educacional especializado como tratamento especial proposto aos alunos que apresentam deficiência física, mental, ou os que se deparem em retrocesso considerável com idade regular de matrícula.

Esta lei apesar de contemplar a educação das crianças com deficiência propunha uma educação de forma segregada, pois não se direciona para uma educação capaz de atender às suas especificidades educacionais, ela pelo contrário, enfatiza o encaminhamento dos alunos para classes especiais em ambientes educacionais segregados promovendo um modelo de segregação. É notório que neste período, apesar de ter havido um olhar voltado para a escolarização de pessoas com deficiência, ainda não se contemplava uma política pública comprometida com o acesso à escola regular para todos.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a Educação Especial tinha como finalidade desenvolver serviços paralelos com metodologias de forte atuação em clínicas e currículos próprios, ainda em ambientes de segregação, para pessoas que não se enquadravam no sistema regular de ensino – onde a maioria prosseguia em instituições particulares. Dessa forma, esse período também não foi satisfatório. Apesar de se estar em evidência o conceito de inclusão foi somente nos anos de 1990 que se mudaria essa realidade. (BUENO, 1993).

Na década 1990 aconteceram várias reformas estruturais e educacionais apontando o início de uma nova perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil fazendo surgir uma nova visão sobre o conceito educacional de inclusão e alterando o modelo educacional nos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e

regular. As escolas inclusivas propõem uma forma de organização do sistema de ensino que avalie as necessidades de todos os alunos, sendo formulados em função delas buscando os meios que se adaptem para atender/minimizar suas dificuldades, ao contrário da visão de integração.

Há uma diferença entre os termos e significados do processo de integração e inclusão escolar, o “integrar” está diretamente relacionado em que o aluno se adeque às exigências da escola, já a “inclusão” ocorre quando é a escola que se preparada para receber todos os alunos, independente de suas limitações. Incluir é desfrutar de direitos iguais e oportunizar a igualdade sem qualquer tipo de distinção.

2.2 Educação especial e a legislação educacional

A Educação Especial tem sofrido várias mudanças nas últimas décadas. Novas leis têm sido implementadas exigindo uma profunda mudança nas atitudes sociais que vêm se estabelecendo ao longo do tempo. Segundo Mazzotta (2005), no que se refere à educação, o tratamento dado à pessoa com deficiência ao longo da história tem seu percurso histórico marcado basicamente por três atitudes sociais:

> **Marginalização:** Caracteriza-se por uma atitude onde desacredita-se na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência, o que leva a uma completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para essa população;
> **Assistencialismo:** Demonstra-se por um sentido de filantropia, paternalismo humanitário porque acredita-se que o indivíduo com qualquer tipo de deficiência é incapaz;
> **Educação/Reabilitação:** Possibilidade de mudança das pessoas com deficiência e ações resultantes das atitudes voltadas para as instituições educacionais. (MAZZOTTA, 2005, p. 5).

Muito já se fez em busca da elaboração de leis que defendam a pessoa com deficiência no que diz respeito ao processo educacional. Comparado ao passado, o presente revela a superação de muitos preconceitos existindo uma maior conscientização por parte da sociedade sobre as possibilidades do desenvolvimento de aprendizagem das pessoas com deficiência.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1948, [n.p]) assegura que:

> Art.1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem nenhuma distinção.

> Art. 2.Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

A afirmação revela claramente que todos os seres humanos são plenos de direitos, nascem livres e iguais sem nenhuma exceção, independente de qualquer diferença física, mental ou qualquer outra condição. Com base na Constituição Federal de 1988, no art. 205, “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovida e estimulada com a cooperação da sociedade, tendo em vista o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1998, p. 34). Ainda na constituição Federal, o art. 208 determina um ensino especializado na inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96) trata da Educação Especial e destaca a importância de inserir alunos com deficiência prioritariamente em turmas regulares de ensino, pois o sistema educacional deve assegurar aos educandos tudo o que for necessário para que eles tenham êxito em sua aprendizagem. O texto da mencionada Lei assim determina:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
> § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
> § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996, p. 134.).

Além do disposto acima, a lei prevê capacitação adequada para o profissional docente, entretanto, na realidade, os professores não são contemplados com cursos que os capacite para atender adequadamente os alunos com necessidades educacionais especiais. Em tentativas isoladas, alguns professores buscam por si mesmos uma capacitação em serviço através de cursos que os possibilitem a conhecer mais sobre as especificidades de cada aluno com deficiência.

Esse conhecimento, entretanto, teria maior significado se estivesse aliado às instituições que assistem aos alunos com deficiência para que todos que fazem a escola pudessem aprender novas estratégias para lidar com a educação de crianças

com deficiência e incluí-las na escola. Isso ajudaria o trabalho do professor, tanto para alunos com aprendizagem considerada “normal”, quanto para os alunos com limitações funcionais, melhorando assim, sua tarefa educativa.

Segundo Baumel (2003), foi nos anos de 1990 que houve um dos maiores impactos sobre a Educação Inclusiva. A Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 206, assegura a todos, indistintamente, igualdade de condições de acesso e permanência na escola; e, no artigo 208, salienta o dever do Estado com a educação garantindo o ensino fundamental e gratuito para todos, além de garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assemelha-se com a LDB quando afirma que é dever do Estado que as crianças sejam amparadas nas escolas de ensino regular reconhecendo igualitariamente o direito de cidadão, o que implicará em uma sociedade mais inclusiva promovendo o desenvolvimento.

Em março de 1990, aconteceu em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien. Entre as várias sugestões desta conferência, os países destacam que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens de todas as idades, no mundo inteiro”. (UNESCO, 1990 [n.p.]).

O Brasil ao assinar essa Declaração, assumiu um compromisso para erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental designando meios para um ato educacional e documentos legais que deem apoio na criação de princípios educacionais inclusivos que atendam as demandas de forma igualitária.

Mais tarde, em 1994, surgiu a Declaração de Salamanca que é um ajuste entre os países na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que aconteceu em Salamanca (Espanha) em junho daquele ano. A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, conforme estabelecidos em 1990 na Conferência Mundial de Educação para todos, destaca que:

> Todas as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições pessoais, culturais ou sociais, crianças deficientes e superdotadas com altas habilidades, crianças de rua marginalizadas, o qual traça um desafio importante para os sistemas escolares. (SALAMANCA, 1994, p. 54)

De acordo com a Declaração de Salamanca, as escolas representam um ambiente para garantir a igualdade de oportunidades, além de ser uma provedora de atitudes e pensamentos que contribua para uma educação mais justa e inclusiva, que estimule a solidariedade entre os alunos e a todos os profissionais envolvidos.

A Declaração de Salamanca foi ponto de partida para a ressignificação da Educação Especial, pois determina que todas as pessoas tenham direito à educação, inclusive crianças e jovens que não foram incluídos no sistema de ensino anteriormente por terem necessidades educacionais ou aprendizagem diferentes dos alunos considerados “normais”. É necessário ampliar uma educação que vá além do desenvolvimento cognitivo, é necessário promover atitudes que valorizem e respeitem as diferenças, promovendo assim, o princípio de interação social e de uma escola para todos.

Anos mais tarde foi ratificada e promulgada pelo Decreto nº 3.956/2001, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiências que reafirma:

> As pessoas portadoras de deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as outras pessoas, e que esses direitos, inclusive o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. (BRASIL, 2004, p. 17).

Em seu artigo I, a Convenção define que o termo deficiência “significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (BRASIL, 2004, p. 17). Ela compromete-se também em empenhar leis com caráter educacional e trabalhistas para banimento de qualquer descriminação voltado para inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais para a plena integração social.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana e que assegure a matrícula de pessoas com deficiência nas classes regulares de ensino”. (BRASIL, 2001 [n.p.]).

De acordo com o PNE, as crianças que possuem algum tipo de deficiência devem estar matriculadas no ensino regular, mas para esta inclusão acontecer, não basta receber alunos com deficiência nas salas de aula é necessário

qualidade tanto na formação do docente, quanto nas adaptações da estrutura das escolas, para que possam receber os alunos com segurança e ajudar, assim, nas suas dificuldades.

A proposta do novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) propõe mudanças que assegurem a matrícula de crianças com deficiência nas classes comuns, e que esse atendimento só será de qualidade quando as escolas estabelecerem estruturas adaptadas para recebê-los, quando os materiais pedagógicos específicos para cada um forem disponibilizados e o professor esteja preparado para atender às demandas.

Uma vez que todos estes documentos legais admitam uma base para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sem discriminação, torna-se indispensável o cumprimento das leis que contribuem para o desenvolvimento de um processo educativo de qualidade para todos.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Educação Inclusiva é o processo unificador de práticas que não se reduz a uma forma unidirecional, mas sim multidirecional, que não desenvolve apenas ações voltadas para pessoas com necessidades especiais, mas para ações conjuntas com a sociedade como um todo visando desmistificar a visão de deficiência como algo impeditivo, excludente, que só demonstram as marcas do preconceito, desvalorização e desconhecimento da realidade.

A inclusão compreende a construção de ações e um remodelamento da sociedade, isso significa ir além da adequação e preparação do espaço físico, necessita da transformação da mentalidade de todas as pessoas, especialmente dos deficientes. De forma ampla, a educação inclusiva deve garantir e buscar alargar espaços para a participação de deficientes nos mais variados ambientes. Por esse ponto de vista, a escola como ambiente socializador deve garantir a participação, o acesso e, acima de tudo, a permanência dos alunos na escola independente de suas particularidades. A educação inclusiva deve assim, garantir o acesso de todos ao ensino básico.

Essa educação é uma proposta para reconhecer o quanto é importante o acesso das pessoas com deficiência ao ensino regular e o quanto é importante se repensar o sistema tradicional e excludente para estar pronta para desenvolver trabalhos com intencionalidade, direção e metas. Esse ensino inclui um sistema que deve se adaptar às necessidades dos alunos. A escola tem papel de suma importância nesse processo, pois como promotora de conhecimento e socialização deve ampliar seus horizontes para que todos possam usufruir do processo de escolarização.

Dessa forma é importante fazer da escola um espaço de transformação para que se torne uma comunidade educativa de partilhas de trabalho e cultura que faça com que todos se envolvam no processo educativo. A partir disso se pode dizer que realmente a escola está no processo da inclusão, o que não é fácil *a priori*, mas com determinação, todas as escolas podem conseguir um bom desempenho no que concerne à inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

De acordo com Pires (2008, p. 85):

> A escola se afirma com uma comunidade inclusiva, no verdadeiro sentido do termo: uma comunidade que fundamenta e orienta sua ação no

> reconhecimento do valor da pessoa rumo a uma escola de todos e para todos, num autêntico processo inclusivo da diversidade e das diferenças, apoiando a aprendizagem, propiciando as interações suscetíveis de encorajar os menos habilitados, promovendo a reflexão, discussão e questionamento de suas práticas de ensino, utilizando práticas pedagógicas de ensino que satisfaçam as necessidades educativas de todos os alunos e que, acima de tudo, estes se sintam aceitos, compreendidos e respeitados em seus diferentes estilos de aprender, conviver e ser.

Muitas vezes os professores, e até mesmo a escola, evidenciam um sentimento de insegurança, medo do fracasso e frustração, mas não se pode esquecer de que tudo é possível quando se almeja cumprir um objetivo, no caso, o ensino de qualidade. O professor juntamente com a escola pode e deve fazer com que a inclusão seja realmente efetiva.

A inclusão de pessoas com deficiência implica não somente em sua permanência na escola, junto aos demais alunos ou respeito às diferenças, é um trabalho que perpassa essa dimensão e requer uma organização mais ampla que vai desde a reorganização do sistema educacional para a revisão de práticas, concepções e possíveis quebras de paradigmas, levando à reorganização dos currículos de formação e capacitação dos profissionais da educação a fim de prepará-los para atender e desenvolver com qualidade as atividades escolares para que assim, possam atender com eficiência a todos.

Os órgãos responsáveis pela educação no Brasil vêm sendo pressionados para que tenham suas atenções cada vez mais voltadas para a inclusão, e isso é ainda mais latente nas escolas públicas, pois a inclusão traz em si, uma proposta de luta que visa romper não somente a inserção no espaço físico, mais que também venha romper com toda e qualquer forma de discriminação e para isso, a escola precisa rever muitos conceitos, excluindo até mesmo, a concepção de padronização dos educandos para o tratamento que visa à heterogeneidade.

A inclusão da pessoa surda deve acontecer desde o ambiente familiar até o contexto escolar. Fazer com que o surdo se sinta incluído é um fator importante na construção da aprendizagem a na segurança pessoal no mesmo. Incluir está estreitamente relacionado ao respeito das diferenças, dos limites; respeitar a classe social independente de qualquer valor ético, problemas de aprendizagem ou sua inclusão no meio social. Portanto, compreender o conceito de incluir vai muito além de discutir o termo deficiência, incluir está relacionado a qualquer situação que implique exclusão de pessoas com ou sem deficiência.

4 O DEFICIENTE AUDITIVO

Dentre todos os sentidos que o ser humano possui a audição se torna um dos mais importantes para o desenvolvimento do indivíduo. A sociedade criou a concepção de que o deficiente auditivo é um indivíduo que possui perda total da sua audição e se caracteriza por ser incapaz de desenvolver suas capacidades cognitivas, sendo muitas vezes, impedidos de estarem incluídos no meio social. No entanto, essa concepção não demonstra o real perfil e características dos deficientes auditivos.

A deficiência auditiva classifica-se em dois níveis: perda parcial e perda total do poder auditivo podendo, ainda, ocorrer a diferenciação dos níveis em graus, classificados em: leve, moderada, severa e profunda. Esses níveis são definidos através de decibéis que são unidades utilizadas para medir a potência da audição.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) deficiência auditiva é:

> A perda total ou parcial, congênita ou adquirida da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvinte. Manifesta-se como: surdez leve/moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo. Surdez severa/profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral. (BRASIL, 2001, p.25).

Conceituar surdez não é uma tarefa fácil, é necessário um conhecimento mais elaborado sendo possível identificar os níveis e graus que se encontram.

> A deficiência auditiva é caracterizada como uma diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese. Ela pode ser congênita ou adquirida. (GLAT, 2007, p. 98).

É importante ressaltar que dentro desse contexto há uma diferenciação entre surdez e deficiente auditivo. Atribui-se o termo deficiente auditivo ao indivíduo que por algum motivo a audição foi prejudicada podendo assim, se caracterizar em níveis.

Antes mesmo do nascimento é importante que a mãe mantenha uma relação comunicativa com o seu filho, proporcionando a ele conhecer as variedades de sons, estimulando assim a capacidade de ouvir, os sentimentos, e estabelecendo

laços afetivos e interpessoais para que o deficiente auditivo construa sua identidade, manifestando suas necessidades e anseios.

A família é o principal ponto de apoio no desenvolvimento desses indivíduos dando-lhes a atenção necessária. Quando a deficiência auditiva é detectada desde cedo, a criança deve ter acompanhamento de profissionais da área para que estes possam orientar as famílias diante dessas situações.

4.1 A inclusão do deficiente auditivo

A criança com perda auditiva deve ser estimulada e incluída na escola de ensino regular, para que se efetive a interação e participação com os demais ouvintes, estabelecendo uma aprendizagem com troca de experiências e valores. Portanto, é necessário que a escola e todos os campos administrativos se comprometam na busca da qualidade e igualdade na educação.

> A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. (DAMÁZIO, 2007, p. 14).

Sabe-se da dificuldade de inclusão desses alunos com deficiência auditiva no ensino regular, uma delas é a oferta de ensino para esses alunos, sendo difícil a jornada dos pais para matricular seus filhos. Lima (2006, p.60) Afirma que:

> O acesso das pessoas surdas ao ensino regular ainda é precário, não apresentado, portanto, bons resultados, pois há muita retenção nas séries iniciais, e faltam serviços de Educação Especial nas escolas comuns. Há ainda posições divergentes sobre a utilização de processos educativos de base oral ou gestual.

Todos os seres humanos possuem várias formas de comunicação seja ela escrita, conversação oral ou gesticulada, o surdo possui a sua visual-gestual. A forma de comunicação utilizada pelo surdo é a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS que possui suas regras gramáticas. O que diferencia a linguagem oral da visual-gestual é apenas o canal comunicativo que pode ser oralizado ou visual-gestual, mas, ambos possuem os mesmos padrões gramaticais.

De acordo com Gesser (2009, p. 27) “Linguisticamente pode-se afirmar que a língua de sinais é língua porque apresenta características presentes em outras línguas naturais e, essencialmente, por que é humana”.

> É necessário que nós, indivíduos de uma cultura de língua oral, entendamos que o canal comunicativo deferente (visual-gestual) que o surdo usa para se comunicar não anula a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como é a língua de sinais. (GESSER, 2009, p. 22).

Embora nem todo surdo tenha o conhecimento apurado da linguagem de sinais é de suma importância para o desenvolvimento integral do aluno com surdez, já que o ensino de LIBRAS oferece subsídios para que o indivíduo através dessa linguagem se sinta mais autônomo e livre para se comunicar com os demais.

A LIBRAS não é um modelo padrão, sendo que em todos os países além de possuírem sua comunicação oral, haverá também uma comunicação gestual. No caso do Brasil, a LIBRAS é uma linguagem específica, e apesar de seguir um padrão não pode ser considerada universal conforme afirma Gesser (2009, p. 12, grifo do autor): “A língua dos surdos não pode ser considerada universal, dado que não funciona como um ‘decalque’ ou ‘rótulo’ que passa ser colado e utilizado por todos os surdos de todas as sociedades de maneira uniforme e sem influencias de uso”.

O indivíduo que é estimulado desde criança no processo de comunicação visual-gestual em LIBRAS, seu ensino e aprendizagem será mais rápido e eficaz, além de o processo de alfabetização ser facilitado. Enquanto os ouvintes utilizam o canal oral-auditivo para sua comunicação é necessário que o surdo esteja sempre em contato com os outros surdos para que haja uma troca de experiências e de comunicação, pois o surdo em contato somente com pessoas ouvintes terá maior dificuldade na apropriação da linguagem.

Normalmente as pessoas surdas antes de iniciar a vida escolar adquirem hábitos de linguagem visual-gestual que são criadas pelos próprios indivíduos, esses hábitos muitas vezes dificultam seu processo de aprendizagem trazendo um grande atraso. Diante dessa situação, o professor encontrará dificuldade e em muitas ocasiões não sabem como agir, chegando às vezes a ignorar o processo de inclusão.

O docente enquanto profissional da educação deve ter um olhar mais amplo sobre o processo de ensino e aprendizagem dessas pessoas, construindo uma escola mais acolhedora, que garanta o acesso e permanência de todos os alunos com sucesso.

Os processos de inclusão de deficientes auditivos são possíveis, porém são bastante desafiadoras, já que requerem diversos fatores base, como as

condições das escolas, a capacitação dos professores, o apoio familiar, a colaboração do próprio deficiente auditivo, o empenho, vontade e interesse de todos os envolvidos.

5 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA UNIDADE ESCOLAR HUMBERTO DE CAMPOS

5.1 Metodologia da pesquisa

A pesquisa surgiu do interesse em refletir sobre os desafios encontrados para a inclusão de alunos surdos na escola Humberto de Campos, assim, utilizou-se o método qualitativo com o enfoque descritivo para a coleta de dados. Vergara (2011) considera como uns dos tipos de pesquisa, o critério básico quanto aos fins, onde este se trata de uma pesquisa descritiva em que pretende expor as características das metodologias de balanço social atualmente utilizada.

Vergara (2011, p. 31) afirma ainda que: “Se tratando de pesquisa de campo os meios podem ser a observação, questionários o formulário e a entrevista”. Com base nisso a pesquisa utilizaram todos essas recursos para se conhecer a realidade da escola pesquisada. Na pesquisa realizada pretendeu-se obter os dados para que assim se pudesse responder à problemática da pesquisa: Como acontece o processo de inclusão dos deficientes auditivos no ensino regular.

Através da pesquisa qualitativa é possível ter uma percepção mais ampla dos sujeitos investigados fornecendo um aspecto diferenciado para a compreensão das informações analisadas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 269):

> Metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.

Para a coleta de dados utilizou-se a observação direta e a aplicação de questionários com alunos surdos, alunos ouvintes, a família dos alunos com deficiência auditiva e uma professora que trabalha na sala de aula com esses alunos na escola campo. A análise de dados concerne uma filtragem dos dados para uma melhor compreensão dos resultados. Segundo Vergara (2011, p. 43):

> A pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno, ou que dispõe de elementos para explicá-

> lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, teses e observações de participantes ou não.

Assim, a análise dos dados coletados foi feita com a transposição das informações pesquisadas para tabelas informativas para facilitar a reflexão destas.

5.2 Caracterização do campo da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida numa escola da rede Estadual de ensino no município de Chapadinha-MA nomeada de Unidade Escolar Humberto de Campos. A mesma atende uma clientela diversificada, com pais de alunos de classe média baixa. A escola funciona nos três turnos, matutino – ensino fundamental e médio, vespertino – ensino médio e classe especial e noturno – ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Escola possui de 67 funcionários todos engajados no desenvolvimento integral da escola. Ela possui um espaço amplo com 10 salas de aulas, 02 banheiros, 01 diretoria, 01 secretaria, 01 sala de informática, 01 sala de leitura, 01 cantina, 01 almoxarifado e 01 quadra de esportes.

Para a coleta de dados foram aplicados questionários aos sujeitos da pesquisa, a saber: 01 professora, 02 mães, 06 alunos surdos e 06 alunos ouvintes. A referida escola foi escolhida por apresentar uma classe especifica de alunos de surdos (deficientes auditivos). O que chama atenção, no que concerne a essa realidade, é justamente as dificuldades que o professor enfrenta para superar as barreiras do dia a dia. Isso leva a refletir também sobre a falta de apoio que os professores têm da própria Secretaria de Educação e a falta de materiais didáticos apropriados para esses estudantes.

Vergara (2011, p. 46) destaca:

> O universo amostra trata-se de definir toda população e a população amostral. Entenda-se aqui por população não o número de habitantes de um local, como é largamente conhecido o termo, mais o conjunto de elemento (empesas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão objeto de estudo.

A pesquisa foi feita em turma exclusiva para alunos surdos – com 6 (seis) alunos matriculados – que facilitou a observação e a aplicação dos questionários com estes alunos. Percebeu-se que o professor enfrenta inúmeras dificuldades já que não teve formação necessária para atuar nesse contexto específico de

educação especial. Os alunos encontram-se em idades diversificadas entre 13 a 29 anos e estão em processo de alfabetização.

5.3 Resultados e discussões da pesquisa

Para melhor compreensão dos dados coletados transpôs-se as respostas apuradas através dos questionários para tabelas facilitando, assim, a posterior análise das informações pesquisadas. As primeiras questões foram aplicadas para os alunos com deficiência auditiva devidamente matriculados na escola campo. Para resguardar suas identidades estes foram nomeados de “A” a “F”.

No momento da aplicação dos questionários com esses alunos, uma professora auxiliou na comunicação entre entrevistadores e entrevistados. A primeira questão trata dos desafios encontrados para o processo de inclusão na rede regular de ensino.

Tabela 1 - Dificuldade encontrada para ser incluído no ensino regular

Qual foi a maior dificuldade encontrada para ser incluído no ensino regular?	
Aluno “A”	*“Acho que nenhuma”.*
Aluno “B”	*“Nenhum”.*
Aluno “C”	*“Nada”.*
Aluno “D”	*“Os professores receberam muito bem”.*
Aluno “E”	*“A escola e o diretor não colocaram nenhum problema”.*
Aluno “F”	*“Nenhuma. Apresentaram meus documentos na escola e foi tudo bem”.*

Fonte: dados da pesquisa

Quando perguntados sobre qual a maior dificuldade encontrada para serem incluídos no ensino regular todos os alunos responderam que não tiveram dificuldades e foram bem recepcionados pelo gestor e professores da escola.

Através das respostas coletadas observa-se que a percepção dos alunos se refere simplesmente à entrada (matricula) destes na escola em questão, porém, como se percebeu ao longo da pesquisa, o processo de inclusão não acaba com o mero acesso ao ensino regular.

Sassaki (1998, p. 17) afirma que:

> As escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado

> em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas).

Se a escola não se atualizar e buscar mecanismos para assistir, de fato, as especificidades de cada aluno proporcionando-lhes um processo de aprendizagem significativo, ainda que permita o ingresso desses alunos, não estará sendo inclusiva, pelo contrário, correrá o grande risco de perpetuar os modelos segregacionistas.

Entretanto, vale ressaltar que para concluir a reflexão este primeiro ponto e saber se, de fato, a escola campo “inclui” e não apenas “integra” alunos com necessidades educacionais especiais, precisa-se observar as demais respostas conseguidas com as próximas questões aplicadas.

A próxima questão se refere aos desafios encontrados diretamente no ensino dos conteúdos de cada disciplina ministrada em sala de aula pelo professor responsável.

Tabela 2 - Dificuldade na aprendizagem das disciplinas

Qual a sua maior dificuldade na aprendizagem das disciplinas?	
Aluno “A”	*“Todas”.*
Aluno “B”	*“Complicado mesmo é matemática”.*
Aluno “C”	*“Matemática”.*
Aluno “D”	*“Matemática. Às vezes não dá para entender a professora”.*
Aluno “E”	*“Matemática é o mais difícil”.*
Aluno “F”	*“Matemática”.*

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com as respostas dos alunos, todos demonstraram ter uma dificuldade específica na disciplina de matemática, e o aluno “A” disse, encontrar dificuldade em todas as demais matérias escolares.

Pode-se perceber que os alunos apontaram os problemas nas disciplinas, mas não justificarão o porquê dessas dificuldades, com exceção do aluno “D” ao afirmar que a origem de sua dificuldade em matemática está relacionada à

professora não ter total domínio de sua comunicação para o aluno com deficiência auditiva.

Nota-se claramente que a ausência de um profissional especializado para atender as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais em manusear recursos específicos que possibilitem a efetiva aprendizagem destes, interfere diretamente no processo de construção dos conhecimentos do educando e consequentemente em seu rendimento escolar.

O profissional mais indicado para este trabalho é o intérprete de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – que em sala de aula dará o suporte necessário para a transmissão das informações desejadas no conhecimento específico das disciplinas.

A Lei Nº 12.319 de 1º de setembro de 2010 garante a regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete de LIBRAS. No seu artigo 1º e 2º, afirma que:

> Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
> Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. (BRASIL, 2010 [n.p]).

Portanto, é garantido por lei um tradutor e intérprete em turmas regulares de ensino para que possam atender as necessidades educacionais dos alunos, independentemente de suas dificuldades educativas. Nota-se ainda, a urgente necessidade de constante atualização dos profissionais de ensino para o atendimento eficaz das demandas atuais no setor educativo. A formação inicial e continuada dos professores permite esta contínua atuação.

A próxima pergunta está relacionada ao espaço que a escola proporciona (ou não) para que aconteçam os processos inclusivistas.

Tabela 3: Oferecimento da escola de um ambiente preparado para a inclusão dos surdos

Você acha que a escola oferece um ambiente preparado para a inclusão dos surdos?	
Aluno “A”	*“Não, a sala é muito quente!”*
Aluno “B”	*“Não”.*
Aluno “C”	*“Não, faltam livros para a gente”.*
Aluno “D”	*“Não”.*
Aluno “E”	*“Acho que não. Se tivesse mais materiais seria bem melhor”.*

Aluno “F”	*“Não”.*

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com as afirmações todos responderam que a escola não oferece um espaço para a inclusão destes alunos. Segundo eles, a queixa maior se refere ao espaço físico da sala de aula, por ser muito quente, e a falta de livros didáticos bem como recursos adequados para atender as necessidades particulares de cada um.

Schirner (2007, p. 17) afirma que:

> O ambiente escolar promove desafios de aprendizagem. Privar uma criança ou um jovem dos desafios da escola é impedi-los de se desenvolverem. Quanto mais o meio promove situações desafiadoras ao indivíduo, mais ele vai responder a esses desafios e desenvolver habilidades perdidas ou que nunca foram desenvolvidas. Se propusermos situações de acordo com a limitação da criança, ela não encontrará motivos para se sentir desfiada.

Os recursos materiais são fator importante para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, mesmo a boa vontade dos profissionais da área não substitui um ensino com a utilização de recursos e materiais de apoio para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula.

A tabela 4 trás o questionamento sobre a relação dos alunos com necessidades educacionais especiais e seus pares – colegas de turma e professores.

Tabela 4 - Relacionamento com professores e colegas em sala de aula

Como é o relacionamento com professores e colegas em sala de aula?	
Aluno “A”	*“De amizade mesmo”.*
Aluno “B”	*“São todos muito amigos”.*
Aluno “C”	*“Nunca tivemos problemas com ninguém”.*
Aluno “D”	*“Boa”.*
Aluno “E”	*“É boa”.*
Aluno “F”	*“Todo mundo se respeita”.*

Fonte: dados da pesquisa

Como se pode observar, as respostam apontam em unanimidade que todos concordam que a relação na escola é boa, todos são amigos e nunca tiveram problemas interpessoais. Vale destacar que a criação de um espaço amistoso onde

se criam laços afetivos e se promove a interação entre parceiros torna a aprendizagem do aluno mais significativa tornando-se importante, ainda, para a própria motivação do aluno em estar cada vez mais frequente no espaço escolar.

De acordo com Zabalza (1998, p. 128):

> Eles (os alunos) conhecem-se e passam a desenvolver mais confiança uns nos outros, o que será importante para a sua atividade em grupo. A confiança mútua leva à construção de relações mais verdadeiras, onde as pessoas trocam opiniões livremente, respeitando e aprendendo umas com as outras.

A próxima questão aborda a visão dos alunos com deficiência auditiva sobre a preparação do quadro técnico-administrativo e pedagógico da escola em atendê-los.

Tabela 5 - Preparo para atender as pessoas com necessidades educacionais especiais e alunos surdos?

Os professores e demais profissionais que fazem parte da escola estão preparados para atender as pessoas com necessidades educacionais especiais e alunos surdos?	
Aluno “A”	*“Ainda falta muita coisa para mudar. Não temos sala adequada. Não temos tradutor e intérprete”.*
Aluno “B”	*“Não”.*
Aluno “C”	*“Poderia ser melhor”.*
Aluno “D”	*“Nos tratam muito bem”.*
Aluno “E”	*“Não. Nem ao menos tem materiais especializados”.*
Aluno “F”	*“Está bom! Todos são legais”.*

Fonte: dados da pesquisa

Neste momento percebe-se que houve divergência de opiniões entre os alunos. Os alunos “D” e “F” responderam positivamente à questão e afirmaram que o atendimento é bom, pois os tratam bem e de maneira amistosa. Já os demais alunos, “A”, “B”, “C” e “E” (que somam a maioria), afirmaram que os professores e demais profissionais não estão preparados para atender suas necessidades específicas e essa assistência poderia ser melhor, pois ainda há muito que mudar, uma vez que não têm sala adequada, tradutor-intérprete e nem materiais especializados.

Através dessas respostas, surgiu a inquietação em querer saber como se dá o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência auditiva na escola pesquisada.

Tabela 6 – Recebe atendimento educacional especializado

Você recebe algum tipo de atendimento educacional especializado?	
Aluno “A”	*“Não”.*
Aluno “B”	*“Não, é normal com os outros alunos”.*
Aluno “C”	*“Não, é igual”.*
Aluno “D”	*“Só na igreja que nos dão aulas de LIBRAS”.*
Aluno “E”	*“Não”.*
Aluno “F”	*“Não”.*

Fonte: dados da pesquisa

Os alunos responderam em unanimidade que não recebem atendimento especializado na escola. Para aprender a língua brasileira de sinais, por exemplo, eles participam de um curso ministrado em uma igreja da comunidade local (sem fins lucrativos) que alcança esse público alvo. Este é o único curso que eles praticam além de ir à escola.

Terminado o primeiro momento de questões com os alunos com deficiência auditiva partiu-se para a aplicação do questionário para os professores. Na ocasião, este encontro se deu apenas com uma professora já que esta é a única que atua na classe que reúne os alunos surdos.

Para a compreensão mais ampla das informações coletadas, dividiu-se as questões aplicadas em duas tabelas (tabelas 7 e 8) que se complementam entre si. A primeira tabela com as respostas da professora trata sobre os desafios encontrados no trabalho com alunos surdos, a formação profissional e suas considerações sobre os processos de melhoria que poderiam ser realizados para tornar sua atuação mais eficaz com este público específico.

Tabela 7 - Questionário aplicado à professora (primeira parte)

Perguntas	**Respostas**
Quais os principais problemas que você enfrenta com os alunos surdos em sua	*“Principalmente a falta de material didático especializado para*

turma?	*alfabetização dos alunos".*
Você considera que sua formação acadêmica lhe preparou suficientemente para ensinar a alunos com deficiência incluídos em turmas regulares de ensino?	*"A formação continuada é necessária para melhorar o trabalho. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) deveria oferecer cursos de capacitação e especialização na área de inclusão, especialmente na área de deficiência auditiva".*
O que falta para que você se sinta mais preparado para atuar mais eficientemente num ambiente de inclusão escolar de pessoas com deficiência auditiva? (minicursos, formação continuada, outros)	*"Minicursos, formação continuada e treinamentos voltados para a inclusão e atendimento de pessoas surdas".*

Fonte: dados da pesquisa

Sobre os principais problemas enfrentados com os estudantes, a professora disse que a maior dificuldade encontrada é a falta de material didático especializado para alfabetização dos alunos. Percebeu-se na fala da entrevistada que a falta de recursos materiais (também mencionado pelos alunos anteriormente) interfere negativamente no trabalho realizado. A falta apoio dos órgãos responsáveis pelo fornecimento de materiais didáticos gera um entrave no processo de ensino e aprendizagem.

Ainda nesse sentido, a professora disse ainda que necessita de formação continuada para melhorar seu trabalho. Ela é enfática ao afirmar que a Secretaria de Educação deveria oferecer cursos de capacitação na área de inclusão, assim ela demonstra que mesmo sua formação acadêmica lhe dando o norteamento inicial para ministrara alunos com deficiência em turmas regulares de ensino, ela admite precisar de constante atualização profissional.

Segundo Mantoan (2006, p. 57):

> A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino. Nessa perspectiva, deve-se assegurar que estejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino para responder ás características dos seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

É necessário ressaltar a importância de se investir nos cursos de capacitação e especialização, principalmente na área de inclusão, onde se percebe uma carência ainda maior de profissionais.

A professora reconhece, ainda, a situação limitada (e limitadora) no que diz respeito ao ensino dos alunos com deficiência. Em sua fala durante o momento da aplicação dos questionários disse ser nítido o fato de a escola não estar adaptada para receber pessoas com deficiência, inclusive deficiência físicas e mentais, mas segundo ela, para não haver constrangimento de nenhuma parte (nem da família que sofre com a recusa, nem da escola que deve observar as leis que garantem educação para todos sem qualquer tipo de discriminação), a escola aceita esses alunos mesmo assim e os coloca em uma única classe – como se pode observar.

Neste momento pode-se retornar à reflexão inicial da tabela 1 onde os alunos com deficiência auditiva falaram sobre a maior dificuldade que eles encontraram para serem incluídos no ensino regular. Naquele momento eles consideram estarem “incluídos” pelo fato de estarem devidamente matriculados na escola, mas aqui pode-se perceber que na verdade os alunos estão em um processo de “integração” no sistema regular de ensino e para que a inclusão se estabeleça ainda precisa-se romper varias barreiras, a primeira delas é a capacitação de pessoal na área.

Quando questionada sobre o que falta para que a professora se sinta melhor preparada para atuar em um ambiente de inclusão escolar ela respondeu que há a necessidade de elaboração de minicursos, formação continuada e treinamentos voltados ao setor de atendimento à pessoas com deficiência.

Sobre isso, Nóvoa (1992, p. 28) afirma que:

> A qualificação do professor se constitui numa forma de fortalecimento da qualidade do atendimento aos alunos no seu conjunto e da crença dos professores de que podem construir novas alternativas e desenvolver novas competências.

É importante destacar que a professora investigada não conhece LIBRAS e a escola não dispõe de intérpretes dificultando o processo de ensino e aprendizagem para esses alunos. De acordo com a professora ela “aprende” a língua de sinais com os próprios alunos. Observou-se que dos 06 alunos com deficiência auditiva matriculados na escola, apenas três possuem certo domínio da Língua Brasileira de Sinais. A comunicação deles se dá de maneira bem informal.

A seguir, a segunda tabela referente às respostas do questionário aplicado à professora (tabela 8) trata sobre o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência auditiva, estratégias de atuação, a avaliação do desempenho e aprendizagem dos alunos e por fim, a opinião da professora sobre trabalhar com alunos com deficiência auditiva e sem deficiência na mesma sala de aula.

Tabela 8 - Questionário aplicado à professora (segunda parte)

Perguntas	Respostas
Os alunos com deficiência auditiva recebem algum atendimento educacional especializado? Qual?	*"O único atendimento especializado que recebem é o curso de LIBRAS que eles participam fora da escola, em uma igreja local".*
Quais são as estratégias didáticas que você utiliza em sala de aula frente a essa realidade?	*"O uso do livro".*
Você considera que os alunos estão conseguindo ter um bom desempenho e aprendizagem em sala de aula? Por quê?	*"Sim, o uso do livro didático ajuda o desenvolvimento dos alunos em várias disciplinas".*
Você acha que esses alunos poderiam estar em alguma sala com os demais alunos? Por quê?	*"Alguns alunos têm essa capacidade de adaptação, embora outros ainda estejam em processo de aprendizagem da LIBRAS, mas para isso acontecer , é necessário um intérprete na sala de aula! Eu sou a única professora na escola que trabalha com esses alunos".*

Fonte: dados da pesquisa

Na questão sobre o atendimento educacional especializado aos alunos, a professora confirmou que o único atendimento especializado que eles recebem é o curso de LIBRAS que eles participam fora da escola. Nesse sentido, Sartoretto e Bersch (2013 [n.p.]) entendem que:

> O ensino oferecido no atendimento educacional especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço ou complementação das atividades escolares. São exemplos práticos de atendimento educacional especializado: o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, a introdução e formação do aluno na utilização de recursos de tecnologia assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível, entre outros.

A realidade da escola pesquisada é bem diferente das leis e diretrizes que garantem o atendimento educacional especializado. Ainda, complementando a pergunta anterior, indagou-se sobre quais as estratégias didáticas utilizadas em sala de aula frente a essa realidade. Segundo a professora, a única estratégica que ela utiliza é o uso do livro.

Nas observações feitas em sala de aula, confirmou-se a afirmação da professora onde pôde-se perceber que o único material didático utilizado é o livro para alfabetização. Isso culmina numa prática limitadora que reduz as possibilidades de aprendizagem. Apesar disso, a percepção da professora sobre o desempenho dos alunos surdos em sala de aula é considerada boa uma vez que o uso do livro didático, de acordo com a professora, ajuda os alunos a desenvolverem sua aprendizagem em várias disciplinas.

Por meio das observações feitas, percebeu-se que a aprendizagem dos alunos está aquém de suas reais possibilidades e alguns ainda apresentam dificuldade na escrita e no uso da Língua Brasileira de Sinais. Por fim, considerando todas as respostas coletadas, perguntou-se se a professora considera positivo que os alunos com deficiência estejam dividindo o espaço da sala de aula com os demais alunos e ela afirmou que sim. Ela disse ainda que alguns alunos tem melhor desenvoltura que outros no processo de aprendizagem e no uso de LIBRAS, mas torna-se necessário um intérprete na sala de aula, pois ela é a única profissional que trabalha com esses alunos na escola.

Concluindo a análise do questionário aplicado à professora, pode-se perceber que as condições para a oferta de um ensino que possibilite a inclusão escolar ainda estão muito distantes, o que infere diretamente na aprendizagem do aluno, deixando de atender suas necessidades únicas – além de o material oferecido para estudo ser mínimo. Todos esses elementos analisados vão configurando-se em uma realidade negativa, um legado histórico – e ainda não superado –, o da segregação de alunos com deficiência.

Outro fator importante na compreensão dos processos de aprendizagem do aluno é a participação da família nos trabalhos realizados pela escola e influência na vida do aluno, assim, buscando conhecer a relação família/escola/aluno aplicou-se questionários às famílias desses alunos.

Segundo Dessen e Polonia, (2007, p. 22):

> A escola e a família são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento cultural organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social.

A investigação realizada com as 02 famílias dos alunos surdos foram de grande relevância para a concretização desse trabalho. Todas as perguntas foram de caráter pessoal objetivando reconhecer o que estes esperam da educação de seus filhos, e se a educação dada a eles no presente momento é satisfatória. Na análise desses questionários, pode-se observar as perspectivas de progresso que os pais pretendem para seus filhos.

Tabela 9 - Como analisa a inclusão para crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular

Como você analisa a inclusão para crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular?	
Mãe “A”	*“É de suma importância para conquistar mais oportunidades”.*
Mãe “B”	*“É muito importante para eles”.*

Fonte: dados da pesquisa

Quando perguntados como eles analisam a inclusão para criança com deficiência no sistema de ensino regular, os pais concordaram que é de suma importância para que seus filhos tenham maiores oportunidades futuramente. Através de suas falas, percebeu-se que os pais reconhecem a importância de seus filhos estarem incluídos na sociedade e participando ativamente da escola.

De acordo com Stainback e Stainback (1999, p. 27), “a inclusão proporciona a igualdade, a interação entre os membros da sociedade, resultando no desenvolvimento das relações humanas”.

A próxima questão trata do relacionamento com os demais membros da família.

Tabela 10 - Relacionamento dos demais membros da família com o filho

Como é o relacionamento dos demais membros da família com seu filho?	
Mãe “A”	*‘É um relacionamento de companheirismo e respeito”.*

Mãe “B”	*“Todos se dão muito bem e acreditam no seu potencial”.*

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com as respostas, a família considera ser um bom relacionamento regrado pelo companheirismo e respeito onde todos convivem bem e acreditam nos potenciais dos filhos, por esta razão incentivam que as crianças participem ativamente de atividades nos ambientes sociais – principalmente na escola.

Sobre isso, Schirner (2007, p. 16) afirma que:

> O ambiente escolar é para qualquer criança um espaço de interação de uns com os outros. É nesse espaço que nos vemos motivados a estabelecer comunicação, entre outras habilidades que nos fazem pertencer ao gênero humano. O aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação.

Assim, observa-se que a inclusão escolar é uma boa oportunidade para que o aluno com deficiência auditiva não se sinta isolado no ambiente de sala de aula, pelo contrário, este é um espaço que deve garantir a interação com todos motivando o diálogo, comunicação e participação efetiva. A próxima pergunta diz respeito aos desafios encontrados nos processos de inclusão dos filhos surdos na escola.

Tabela 11 - Problemas encontrados no processo de “inclusão” do filho na escola

Quais os problemas encontrados no processo de “inclusão” de seu filho na escola?	
Mãe “A”	*“Não houve dificuldade. Todos receberam muito bem”.*
Mãe “B”	*“Não encontrei nenhum problema”.*

Fonte: dados da pesquisa

A resposta da família quanto às dificuldades de incluir os filhos na escola, são bem parecidas com as dos próprios alunos quando perguntados sobre isso. Mais uma vez o termo inclusão é interpretado como meio de ingresso à instituição de ensino, e como visto anteriormente, este conceito está equivocado.

De qualquer forma, tanto os pais quanto os alunos com deficiência auditiva se mostraram satisfeitos com a oportunidade de estarem matriculados na escola, ainda que o ensino especializado esteja muito aquém das reais necessidades destes de acordo com as respostas da própria professora investigada.

Assim, os pais foram unânimes em afirmarem a facilidade desse ingresso e a prestatividade dos funcionários da escola em recebê-los muito bem.

A tabela 12 questiona os benefícios e progresso que os alunos tiveram no período de tempo em que estiveram na escola. Observe as respostas a seguir:

Tabela 12 - Benefícios da inclusão e avanço na aprendizagem

A inclusão do seu filho na escola traz benefícios? Durante o tempo na escola você notou algum avanço na aprendizagem do seu filho?	
Mãe “A”	*“A escola está boa e ele está tendo avanços sim”.*
Mãe “B”	*“Sim”.*

Fonte: dados da pesquisa

A família respondeu que a atual educação que os filhos estão recebendo é satisfatória e contemplam seus anseios. Ainda de acordo com a família, os alunos estão tendo avanço na aprendizagem.

É nítido que os pais conhecem a necessidade de que seus filhos sejam incluídos ainda que não saibam exatamente como essa política de inclusão deva ocorrer. As respostas acima mostram que os pais por não conhecerem a fundo seus direitos, os direitos dos filhos e nada saberem sobre a inclusão social (que deve começar pela escola), se contentam com o que lhes é oferecido e sentem-se satisfeitos com isso. Este é um equívoco que tem impedido a luta pelos direitos das pessoas com deficiência – de qualquer espécie –em idade escolar o que acarretará possíveis dificuldades futuramente por não estarem recebendo o ensino baseado nos preceitos inclusivos.

Ainda sobre esta discussão, o questionamento da tabela 13 aborda o tipo de atendimento que a escola oferece aos filhos.

Tabela 13 - Oferecimento de atendimento para seu desenvolvimento/aprendizagem

A escola em que seu filho estuda oferece o atendimento que ele precisa para seu desenvolvimento/aprendizagem?	
Mãe “A”	*“Precisa ter mais recursos para aprimorar a educação dos alunos”.*
Mãe “B”	*“Não, a forma como esta sendo trabalhada já é boa”.*

Fonte: dados da pesquisa

Quando perguntados se a escola oferece o atendimento que o aluno precisa, as famílias responderam que está satisfatória sendo trabalhada como acontece atualmente, mas que precisa melhorar os recursos para que haja aprimoramento da educação dos alunos. Para alguns pais, o simples fato do filho frequentar a escola já é o suficiente e o pouco que eles aprendem, mesmo com muita dificuldade, já tem grande significado para a família.

Vê-se que a visão da família em relação aos filhos na escola ainda é muito limitada e resignada. Este é outro desafio bem presente no cenário educacional da atualidade e que precisa ser vencido.

Resta que fique claro que a inclusão não é um processo fácil e muito menos rápido, por isso faz-se necessário maior conhecimento e dedicação de ambas as instituições – tanto escolar quanto familiar – para que o aluno esteja apto para atuar ativamente em sociedade de forma crítica e significativa.

Por fim, para uma visão mais ampla da realidade na escola pesquisada, a aplicação dos questionários terminou com as questões direcionadas aos alunos que não possuem deficiência auditiva, mas que convivem diariamente com estes, assim, foram entrevistados 6 alunos do 1º ano por indicação da coordenação da escola, a primeira pergunta realizada aos alunos ouvintes indaga se eles consideram que a escola esteja adaptada para receber alunos com surdez.

Tabela 14 - A escola está preparada para receber alunos surdos?

Você acha que a sua escola está preparada para receber alunos surdos? Em caso negativo, o que falta para a escola se preparar para receber alunos surdos?	
Aluno “G”	*“Não, faltam professores”.*
Aluno “H”	*“Não”.*
Aluno “I”	*“Não, tem que melhorar o espaço”.*
Aluno “J”	*“Não”.*
Aluno “K”	*“Não”.*
Aluno “L”	*“Sim”.*

Fonte: dados da pesquisa

Na análise dessa questão, pôde-se observar a ocorrência de divergência nas opiniões dos alunos. A maioria dos alunos respondeu que a escola não está

preparada para recebê-los faltando estrutura adaptada e profissionais especializados.

Apesar de alunos surdos não necessitarem de uma estrutura física adaptada – assim como os cadeirantes – eles devem ter materiais de apoio que facilitem o estudo do conteúdo ministrado em sala de aula bem como profissionais da área que consigam comunicar as informações necessárias, o intérprete de LIBRAS.

De acordo com Raiça (2006, p. 93):

> A educação inclusiva tomada como modificação do ambiente escolar, nos aspectos arquitetônicos, organizacionais, curriculares e de atitudes, ainda está em processo de amadurecimento. Sabemos que a lei contribuiu para que o pontapé inicial fosse dado, contudo, muito há de se realizar para garantir-lhe a efetivação.

Assegurar uma sociedade inclusiva na atualidade exige algumas mudanças de postura e políticas públicas de apoio que observem se as leis realmente estão vigorando nas escolas brasileiras em relação à acessibilidade, pessoal capacitado e ambiente adaptado para atender as diferentes demandas.

Com as falas dos alunos ouvintes, percebeu-se que eles têm uma concepção formada quanto ao ambiente e à falta de profissionais específicos para essa modalidade de ensino. A criação de um espaço atrativo, confortável e alegre é um elemento de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem.

Tabela 15 - Estudaria com alunos surdos?

Você estudaria com alunos surdos na mesma sala de aula? Por quê?	
Aluno “G”	*“Sim, nós temos as mesmas capacidades de aprender”.*
Aluno “H”	*“Sim”.*
Aluno “I”	*“Sim, não devemos ter preconceito e sim ajudá-los”.*
Aluno “J”	*“Sim, somos todos iguais, mesmo que tenha muitos colegas preconceituosos que colocam apelidos em muitos deles”.*
Aluno “K”	*“Sim, todos nós temos os mesmos direitos”.*
Aluno “L”	*“Não, porque eles têm que ter um professor só para eles”.*

Fonte: dados da pesquisa

A maior parte dos entrevistados respondeu que estudaria com deficientes auditivos enfatizando que todos os seres humanos são repletos de direitos, tem a mesma capacidade para aprender e que não deve haver preconceito, mas sim,

ajudá-los, afinal todos os indivíduos são iguais vivendo em sociedade e relacionando-se uns com os outros, embora ainda tenha colegas de escola que colocam apelidos ofensivos.

Segundo Pires (2008, p. 166, grifo do autor):

> Pela ausência de uma prática de iniciação ao processo de inclusão desses alunos, desconhece a terminologia utilizada nessa área e, sobretudo, ignora as causas, as etiologias dos problemas dos alunos, passando a estigmatizá-los através do uso de estereótipos como “doidinho”, “mudinho”, ‘ceguinho’, “débil mental”, etc.

A atitude de estigmatizar o aluno somente será reforçada pelo professor mal preparado que ainda não refletiu sobre essa realidade. Colocar apelidos ou aceitar que os colegas apelidem os alunos com deficiência se torna uma forma de discriminação inaceitável. Para que ocorra uma resposta positiva dos alunos em relação às atitudes tomadas pelos professores, a afetividade é essencial. Torna-se interessante, inclusive, que os docentes busquem leituras em diversos autores que tratam dessa temática para trabalharem em uma perspectiva afetiva.

Apenas o aluno “L” afirmou que não estudaria com deficientes auditivos por compreender que eles estariam melhor assistidos em uma sala específica só para eles com os profissionais especializados.

Essa concepção segregacionista ainda persiste nos dias de hoje e são muitos os conflitos que ainda pairam em meio à sociedade em relação à inclusão de pessoas com deficiência. Segundo Ramos (2005, p. 13) deve-se:

> Conscientizar a comunidade, alunos, pais e a família no contexto geral, sobretudo o fato que o deficiente não vai atrapalhar na aprendizagem dos outros alunos, e sim ajudá-los a vivenciar uma nova experiência como ser humano solidário e respeitador das diferenças.

É necessário que a escola trabalhe nessa perspectiva inclusiva de convivência de uns com os outros, criando laços interpessoais, garantindo um ambiente harmonioso onde todos desfrutem do que há de melhor na escola na troca com o outro.

A próxima pergunta trata do relacionamento com os alunos surdos.

Tabela 16 - Relacionamento na escola com os alunos surdos

Você se relaciona na escola com os alunos surdos? Como acontece?	
Aluno “G”	*“Não, é difícil se comunicar”.*

Aluno “H”	*“Sim, mas temos que aprender os gestos primeiro”.*
Aluno “I”	*“Não”.*
Aluno “J”	*“Claro, mas só com poucos gestos de mãos”.*
Aluno “K”	*“Não”.*
Aluno “L”	*“Não, porque não tem como conversar!”*

Fonte: dados da pesquisa

Neste questionamento ficou evidente que essa relação fica comprometida por causa da dificuldade de comunicação, pois não possuem o domínio de LIBRAS, a Língua Brasileira de Sinais, o que tornar difícil a comunicação entre eles, assim, alguns afirmaram que não se relacionariam por não saberem como comunicar-se.

Analisando o ponto de vista dos alunos percebe-se que existe uma barreira criada no que diz respeito à comunicação, mas essa visão pode ser desfeita a partir do momento em que a escola passe a trabalhar de maneira inclusiva, não limitando a capacidade de aprendizagem do educando.

Sobre isso, Fávero (2007, p. 39) afirma que:

> Para surdez e a deficiência auditiva, a escola deve providenciar um instrutor de LIBRAS (de preferência surdo) para os alunos que ainda não aprenderam essa língua e cujos pais tenham optado pelo seu uso. Obedecendo aos princípios inclusivos, a aprendizagem da LIBRAS deve acontecer preferencialmente na sala de aula desse aluno e ser oferecida a todos os demais colegas e ao professor, para que possa haver comunicação entre todos.

É importante que o aluno com deficiência auditiva se sinta acolhido através do relacionamento com os demais alunos passando a interagir com todos que fazem parte da escola sem que se crie um ambiente discriminatório ou limitador do relacionamento com os demais sujeitos.

A última pergunta feita aos alunos ouvintes trata exatamente desta condição, assim, foi questionado aos alunos se eles consideram haver discriminação de algum tipo e como isso acontece.

Tabela 17: Se alunos com deficiência sofrem discriminação

Na sua escola você acha que os demais alunos com deficiência sofrem alguma discriminação? em caso positivo, explique como isso acontece.	
Aluno “G”	*“Acho que não”.*
Aluno “H”	*“Ainda não vi nada disso por aqui”.*

Aluno “I”	*“Não”.*
Aluno “J”	*“Sim, acaba surgindo essa discriminação por serem diferentes”.*
Aluno “K”	*“Não”.*
Aluno “L”	*“Acho que sim, em todo o lugar acontece isso”.*

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com as respostas coletadas, a maioria dos alunos respondeu que não, embora os alunos “J” e “L” tenham afirmado que sim, sofrem preconceito dos alunos e da sociedade por serem “diferentes”. Um passo importante para superar essa realidade é reconhecer que pais, professores, gestores, alunos e comunidade em geral são igualmente responsáveis pelos processos de ensino e aprendizagem.

Mantoan (2006, p. 94) afirma que:

> Há necessidade de assegurar o direito de todos os alunos à educação escolar e de atender ás suas especificidades, quando estas são negadas pela educação comum. Por outro lado, é preciso estar atento para que o direito à diferença não inferiorize, não discrimine nem marginalize, não condene aos preconceitos e à segregação de alunos com e sem deficiência.

Que a cada dia essa realidade seja modificada e que a deficiência não seja barreira para se ter uma vida digna. Todos são dotados de saberes e desenvolvem, igualmente, competências e habilidades úteis para os vários setores da sociedade, assim, a escola precisa se articular com os demais setores sociais para oportunizar igualdade de condições para todos.

A escola como campo sistematizador necessita se preparar para ofertar tanto o espaço físico, equipamentos e recursos materiais quanto profissionais capacitados para exercer um bom trabalho visando o desenvolvimento das políticas inclusivas para continuarem a crescer e tornar-se possível o ideal de uma educação inclusiva para todos.

6 CONCLUSÃO

A educação inclusiva apesar de ser um processo complexo é uma peça relevante para a constituição da saciedade atual. Mesmo com tantas barreiras é possível combater as injustiças sociais presentes no meio. As dificuldades encontradas não estão relacionadas somente aos educadores, é um conjunto de questões que vão desde as instituições escolares, capacitação profissional, políticas públicas de acesso, até as famílias dos alunos, comunidade escolar e sociedade como um todo.

De acordo com o analisado verificou-se que existem alguns impasses na escola pesquisada, podendo citar: a falta de recursos didáticos e estrutura física adequada, apoio efetivo dos familiares e o oferecimento de cursos preparatórios oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação – SEEDUC – para os profissionais da área. Enfim, pensar a Educação Inclusiva é, sobretudo, garantir o cumprimento da lei incluindo-os e não deixando-os à margem do processo por falta de preparação específica ou por falta de meios que permitam o seu desenvolvimento.

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a inclusão educacional na escola pesquisada encontrar-se distante de alcançar seu objetivo fundamental de verdadeiramente incluir todos os educandos. Todo o processo de educação inclusiva deve ser examinado e repensado pelos órgãos responsáveis para reverem suas propostas, metas e maneiras de implantação de estratégias para um resultado satisfatório.

Dessa forma sugere-se como estratégia de ação que seja dada ênfase à formação do professor que é de essencial importância, assim como a participação familiar com o olhar de protagonizar novas atitudes na busca incessante para o desenvolvimento e avanço escolar dos filhos, sempre mantendo uma interação e parceria com a escola. Assim, a família deve ser tratada como parceira no processo de rompimento das barreiras que evitam ou dificultam a participação e a inclusão social por quaisquer motivos.

Concluindo, com a realização da pesquisa na Unidade Escolar Humberto de Campos foi possível observar falhas na inclusão dos alunos, tornando-se uma prática excludente com a inserção dos alunos com deficiência auditiva em turmas separadas, segregando-os de forma a não atenderem suas especificidades de forma plena.

Estas falhas apenas comprovaram que durante a análise dos dados coletados na pesquisa, os aspectos de fragilidade teórico-metodológicos, a estrutura física da escola, bem como os materiais pedagógicos inadequados e ausência de formação continuada dissociando teoria e prática são obstáculos que precisam ser superados para que aconteça a concretização de uma educação igualitária de qualidade que promova a diversidade e a inclusão social em todos os setores da sociedade – a começar pela escola.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto escola viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 5 v.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2011-2020 (2010). Dados disponíveis em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/12514/mec-divulga-plano-nacional-de-educacao-2011-2020> Acesso em: 01 ago 2013.

_____. Ministério da Educação. Assessoria de comunicação Social. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: MEC, 2004.

_____. Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Lei nº. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. In: **Política e Educação no Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC's). Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). **Diário Oficial da União.** N. seção, p. 24, Brasília, 23 dez 1996.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei Federal 8.069 de 18 de junho de 1990.** Brasília: Centro gráfico de Senado, 1990.

_____. **Constituição (1988)**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 18/98 e Emendas Constitucionais de Revisão nº1 a 6/94. Ed. Atual. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.

_____. Portaria CENESP/MEC nº 69/1986. Brasília, DF: MEC, 1986.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira:** integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAATfIAH/revista-inclusao?part=10> Acesso em: 08 set 2013.

DAMAZIO, M. F. M. **Atendimento educacional especializado:** pessoa com surdez. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Ribeirão Preto, SP: Paidéia, 2007.

FREITAS, Neli Klix. **Inclusão socioeducativa na escola**: avaliação do processo e dos alunos. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Set 2008, vol.16, no. 60, p. 323-336. Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104400000036200800030 0002.> Acesso: 08 nov 2013.

GESSER, Audrei. **Libras?** Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GLAT,Rosana.**Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar.Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GUGEL, Maria aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. Editora Avercamp, São Paulo, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo. Ed. Atlas, 2011.

MARTÍN, M. B.; BUENO, S. T. **Deficiência visual**: aspectos evolutivos e educativos. São Paulo: Santos Ed., 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental:** da superstição à ciência**.** São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.

PIRES, Gláucia Nascimento da Luz. Educação inclusiva: dificuldades enfrentadas pelos professores do Ensino Fundamental no processo de inclusão. *In:* **Inclusão:** compartilhando saberes**.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a.

PIRES, José. A questão ética frente às diferenças: uma perspectiva da pessoa como valor. *In:* **Inclusão:** compartilhando saberes**.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b.

RAIÇA, Darcy *et al*. **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RAMOS, Rossana. **Passos para inclusão**: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais. São Paulo: Cortez, 2005.

SALAMANCA. **Declaração de Salamanca:** necessidades educativas especiais – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

SARTORETTO, Maria Lucia; BERSCH Rita. **Assistiva tecnologia e educação**: Atendimento educacional especializado 2013. Disponível em: <www.assistiva.com.br> Acesso em: 21 set 2013.

SASSAKI, R. Entrevista especial à Revista Integração. **Revista Integração.** MEC: Brasília, v. 8, n. 20, p. 09-17, 1998.

SCHIRNER, Carolina R. *et al*. **Deficiência Física:** atendimento educacional especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007**.**

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão** – um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. Garantindo o acesso à educação para todos. 1990. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_43.pdf>. Acesso em: 20.09.2013.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos humanos. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm.> Acesso em: 20 out 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto de relatórios de pesquisa em administração**. 13. ed. São Pulo: Atlas, 2011.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para os professores

1. Quais os principais problemas que você enfrenta com os alunos surdos em sua turma?
2. Você considera que sua formação acadêmica lhe preparou suficientemente para ensinar a alunos com deficiência incluídos em turmas regulares de ensino?
3. O que falta para que você se sinta mais preparado para atuar mais eficientemente num ambiente de inclusão escolar de pessoas com deficiência auditiva?

   Minicursos ( ) formação continuada ( ) Outros. Quais? ( )
4. Esses alunos recebem algum atendimento educacional especializado? Qual?
5. Quais são as estratégias didáticas que você utiliza em sala de aula frente a essa realidade?
6. Você considera que os alunos estão conseguindo ter um bom desempenho e aprendizagem em sala de aula? Por quê?
7. Você acha que esses alunos poderiam estar em alguma sala com os demais alunos, por quê?

APÊNDICE B – Questionário para os alunos com surdez/deficiência auditiva

1. Qual foi a maior dificuldade encontrada para ser incluído no ensino regular?
2. Qual a sua maior dificuldade na aprendizagem das disciplinas?
3. Você acha que a escola oferece um ambiente preparado para a inclusão dos surdos?
4. Como é o relacionamento com professores e colegas em sala de aula?
5. Os professores e demais profissionais que fazem parte da escola estão preparados para atender as pessoas com necessidades educacionais especiais e alunos surdos?
6. Você recebe algum tipo de atendimento educacional especializado?

APÊNDICE C – Questionário para as famílias

1. Como você analisa a inclusão para crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular?
2. Como é o relacionamento dos demais membros da família com seu filho?
3. Quais os problemas encontrados no procedimento de “inclusão” de seu filho na escola?
4. A inclusão do seu filho na escola traz benefícios? Durante o tempo na escola você notou algum avanço na aprendizagem do seu filho?
5. A escola em que seu filho estuda oferece o atendimento que ele precisa para seu desenvolvimento/aprendizagem?

APÊNDICE D – Questionário para os professores

1. Você acha que a sua escola está preparada para receber alunos surdos? Em caso negativo, o que falta para a escola se preparar para receber alunos surdos?
2. Você estudaria com alunos surdos na mesma sala de aula? Por quê?
3. Você acha que a pessoa surda tem a mesma capacidade de aprendizagem que a sua?
4. Você se relaciona na escola com os alunos surdos? Como acontece?
5. Na sua escola você acha que os demais alunos com deficiência sofrem alguma discriminação? Em caso positivo, explique como isso acontece.